

Ata da LXIIIª reunião ordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada em 15 de junho de 2007 e realizada nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2007, em Belém, na UFPA, com a pauta: apresentação de constituição de política nacional e de fundo de assistência estudantil na SESu; palestra com o ministro Fernando Haddad e secretários do MEC; proposta de revisão conceitual da matriz de docentes (CPRH, FORGRAD, FOPROP e FORPROEX); discussão sobre o relatório da reunião sobre o REUNI com a Comissão de Desenvolvimento Acadêmico (CDA), FONAPRACE, FOPROP, FORGRAD, FORPLAD e FORPROEX; Instituto Andifes; orçamento da Andifes e assuntos gerais. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alan Kardeck Barbiero (UFT); Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Aloísio Teixeira (UFRJ); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR); Carlos Sigueyuki Sedyama (UFV); Edward Madureira Brasil (UFG); Fernando A. Guimarães Ramos (UFMA); Flávio Antônio dos Santos (CEFET MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Ícaro de Sousa Moreira (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); Lúcio José Botelho (UFSC); Luiz Bevilacqua (UFABC); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Manoel Catarino Paes Peró (UFMS); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Mireile São Geraldo dos S. Sousa (UFVJM); Miriam da Costa Oliveira (FFFCMPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); Paulo Speller (UFMT); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos dos Santos (UFRR); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Thompson Fernandes Mariz (UFCG); Timothy Martin Mulholland (UnB); Ulysses Fagundes Neto (UNIFESP); Virmondos Rodrigues Júnior (UFTM). O reitor da UFPA, Alex Bolonha agradece a presença de todos e ressalta ser inédita uma reunião do Conselho Pleno da Andifes na UFPA. O presidente da Andifes, reitor Arquimedes Ciloni (UFU), parabeniza a comunidade da UFPA pelos 50 anos e inicia a reunião passando a palavra à coordenadora do FONAPRACE, Corina Espíndola. A coordenadora apresenta a proposta previamente enviada aos dirigentes para posterior votação e aponta justificativas para uma política nacional de assistência estudantil, em análise desde a criação do FONAPRACE, em 1987. Em 1997, e em 2003, pesquisas foram realizadas para criação de um perfil dos estudantes das IFES. O resultado das pesquisas mostrou que: 1) 84,4% dos estudantes dependem do estudo público gratuito para seus estudos; 2) 43% dos estudantes pertencem às classes C, D e E, com renda familiar média de, no máximo, R\$ 927,00; 3) indicadores importantes para o diagnóstico: moradia estudantil; restaurante universitário, fundamental na permanência do estudante nas IFES, 4) necessidade de criar, manter e ampliar os programas de apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda; 5) 35,4% dos estudantes exercem atividades não acadêmicas; 6) 19,10% estão inseridos em atividades acadêmicas remuneradas, porém com maior número de alunos das classes A e B; 7) a maioria dos estudantes utiliza transporte coletivo; 8) o aluno de baixa renda é o que mais utiliza os serviços públicos relacionados à saúde; 9) 65% têm acesso à biblioteca, principalmente para atividades culturais e de lazer; 10) onde há investimento em atividades de cultura, esporte e lazer, menor será a procura por serviços de saúde; 11) 43,9% têm acesso à internet ou uso de informática, onde as classes C, D e E só iniciam esse acesso quando entram na universidade; 12) domínio da língua estrangeira; 13) pouca participação em movimentos sociais. A coordenadora do FONAPRACE explica que os objetivos do plano são a garantia de acesso, permanência e conclusão de curso aos estudantes das IFES visando a inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e melhoria na qualidade de vida, e a garantia de recursos específicos destinados à assistência estudantil que a meta é assegurar a destinação de no mínimo 10% da matriz orçamentária destinada pelo MEC a partir de 2008. Ao término da apresentação, o reitor Roberto Salles (UFF) ressalta a excelência do trabalho e sugere ao FONAPRACE atenção aos alunos carentes da pós-graduação e da extensão. O reitor Henrique Duque (UFJF) inquirir acerca do número de alunos não englobados no estudo e ressalta que o valor da bolsa pode vir a causar um colapso na política de escolha no valor para os alunos. O reitor Aloísio Teixeira (UFRJ) questiona a porcentagem da matriz orçamentária destinada à assistência estudantil, da realidade do fundo de assistência estudantil e propõe substituir o termo “assistência estudantil” para “expansão e consolidação da cidadania universitária para os estudantes”. O reitor Roberto Ramos (UFRR) parabeniza o evento e sua organização e apoia o projeto de um plano nacional de assistência estudantil, já que foi um usuário desse sistema em seus tempos de estudante universitário. O reitor José Ivonildo do Rego (UFRN) manifesta apoio ao projeto e questiona acerca do custeio do plano. O reitor Amaro Lins (UFPE) reforça o ponto de vista do reitor da UFRN e acrescenta que as disparidades das IFES devem ser levadas em conta no projeto em análise. O reitor Ricardo Miranda (UFRRJ) enaltece o trabalho do FONAPRACE e questiona a assistência médica para instituições que não têm hospital universitário. O reitor Lúcio Botelho (UFSC) analisa que é o momento político para o debate do Plano Andifes de Assistência Estudantil. O reitor Alan Barbiero (UFT) analisa que a proposta para o acréscimo de 10% no orçamento de cada IFES a ser utilizado em conformidade de cada autonomia e ressalta a particularidade das instituições novas que já nasceram dentro de um contexto da inexistência de recursos para assistência estudantil e solicita a inclusão de um recurso para investimento na área no Plano de Assistência Estudantil. O Conselho Pleno da Andifes aprovou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e a criação de um fundo para esta finalidade. Este será equivalente a 10% do

orçamento anual de OCC das IFES, a partir de 2008. Para o segundo semestre deste ano, foi aprovado que a composição do fundo será equivalente a 5% do orçamento anual de OCC das IFES. Estes recursos serão adicionados aos aplicados atualmente e que são insuficientes para assistência estudantil. O documento será entregue ao ministro Fernando Haddad e aos parlamentares. A Andifes debaterá com toda a sociedade a importância dessa iniciativa. O presidente apresentará o plano durante a 50ª Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao encerrar o debate sobre o tema, o presidente informa que o item Instituto Andifes foi retirado da pauta e convida para mesa o secretário Ronaldo Mota (SESu) e a coordenadora do DEDES/SESu, Maria Ieda Diniz, expressando agradecimentos aos dois convidados e os conchama para tratar de aspectos conjunturais: 1) o debate acerca da inserção das IFES na tarefa de recuperação da Escola Pública de Ensino Básico e a articulação com os demais seguimentos para o cumprimento de tal empreitada; 2) preocupação com a questão da rubrica de cursos e concursos e a questão de diárias e passagens; 3) a questão dos procuradores da Andifes. Mota esclarece: 1) a grave questão de gratificação de cursos e concursos, medida da Secretaria do Tesouro Nacional, em referência ao Decreto 6.614/2007, onde afirma que o MEC não foi consultado previamente à publicação de tal Decreto, o que não isenta o Ministério de tentar encontrar solução; 2) quanto à questão de diárias e passagens, agravada com a edição do Decreto 6.124/2007, que reduz em 5%, fazendo com que o MEC como um todo esteja em situação irregular, a solução apresentada pelo MEC ao MPOG é a alteração do limite para elevar a um patamar capaz de contemplar os noventa por cento; 3) quanto ao provimento dos 2.831 docentes e 5.000 técnico-administrativos, informa que até o começo de agosto haverá uma solução para o assunto com expectativas positivas, que há 377 vagas disponíveis para provimento imediato e solicita o suporte da Andifes para auxiliar nesse assunto; 4) estima que a resposta sobre a questão das emendas virá em setembro; 5) a inclinação positiva do MEC para a realização da reunião com os diretores de escolas técnicas e de escolas de educação básica; 6) a reunião da Comissão de Relação Interinstitucional ainda não aconteceu devido a modificações internas da estrutura da secretaria correspondente dentro do Ministério da Saúde; 7) não há novidades na questão da FASUBRA, mas demonstra que há resultados positivos oriundos das reuniões ocorridas; 8) a demanda sobre formas de gestão dos hospitais universitários, o acordo com a FASUBRA segue os termos de que o MEC estimulará o debate, porém com absoluto respeito à autonomia universitária; 9) a discussão sobre a carreira docente segue um caminho pontual, porém ainda sem resposta efetiva do ANDES e caminha para um resultado provável de eliminar o esquema de 20 e 40 horas e contempla o regime parcial – um fator intermediário entre 20 e 40 horas – e integral, em torno da metade do tempo parcial. Foi feita uma projeção com esse modelo com resultado de valores ditos razoáveis para aceitação; 10) na questão das CDs e FGs há quebra da proposta única em três etapas: 1ª medida provisória a contemplar apenas uma parte pequena: 60 a 80 CDs e FGs e um conjunto de FG1s; 2ª e 3ª projeto de lei da ordem de 600 a 700 CDs e FGs, parte para este ano e a outra parte para 2008; 11) a priorização de ações baseadas em programas: o primeiro a ser trabalhado em grande escala é um programa de bolsas de fixação para estudantes de licenciaturas presenciais das IFES e acoplar esse projeto ao PDE. O presidente abre espaço aos dirigentes para que questionem o secretário Ronaldo Mota e informa que a Andifes intenciona marcar uma reunião com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, da Secretaria de Relações Institucionais, para tratar do assunto das emendas, no mais tardar em setembro de 2007. Passa a palavra à professora Maria Ieda Diniz que responde: 1) uma proposta sobre o modelo de alocação será discutida ainda no Conselho Pleno; 2) nenhuma emenda parlamentar teve liberação; 3) a Portaria que dispõe sobre o professor equivalente está sendo fechada para reedição, com um item ainda em análise; 4) em curso está o fechamento do orçamento 2008 relativo à expansão primeira etapa. O secretário Mota explora a questão das conexões, a dificuldade de se construir o próprio Plano de Desenvolvimento Educacional: 1) expansão; 2) expansão com qualidade, fundamentada em uma política estabelecida, alcançada com o programa Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; 3) inclusão social por meio da educação, para tornar o sistema e o país menos injusto; 4) visão de territorialidade do país para garantir laços e integração. A Professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC é convidada para a mesa e fala sobre o PDE: “há 235 municípios com sistema educacional compatível com países da OCDE, mas é errado dizer que o sistema público é todo de má qualidade. O sistema federal de educação básica mantido pela União tem o indicador de qualidade superior à média da OCDE. Precisamos apenas encontrar o caminho de universalizar a oferta de educação básica de qualidade. A avaliação tem que ter uma preocupação com três questões cruciais do PDE: responsabilização da classe política, mobilização da comunidade em proveito da educação e divulgação. A engenharia criada no INEP com o lançamento do IDEB (Índice da Educação Básica) é digna de nota dez. Imagine-se na posição do diretor da escola. Se as crianças são avaliadas na quarta e na oitava séries, poderia ter como subproduto um aumento na reprovação. Com a combinação no IDEB de desempenho e fluxo, isso se torna uma impossibilidade, pois ao combinar esses dois, se as crianças forem reprovadas de maneira completamente desnecessária, o índice vai refletir esse desempenho. A única maneira de melhorar o IDEB, é melhorando os dois juntos. Essa avaliação, uma radiografia plena do sistema, de todas as escolas públicas do sistema, com as três questões levadas em consideração, é um ganho que veio para ficar. Houve avanços nas questões de financiamento e avaliação. Há o desejo de avanço na questão de gestão, o grande desafio do PDE, pois do cruzamento dos indicadores de qualidade com as transferências voluntárias da União, percebe-se que os municípios mais

carentes são os menos atendidos. Isso ocorre porque o MEC se coloca numa perspectiva absolutamente passiva, com julgamentos sem atenção à capacidade física da equipe que executou o projeto. A principal decisão oriunda do PDE é criar uma força-tarefa, em parceria com a UNESCO, para *in loco* formatarem o projeto a partir de um diagnóstico geral do sistema, quais escolas que precisam e qual tipo de apoio. Temos um instrumento do sistema e um instrumento para a escola para garantir o aprendizado pleno. Um assunto de quarta dimensão depende do sistema federal – a questão da formação de professores. É um desafio que precisa ser enfrentado e vencido. Há a necessidade da criação de um sistema público de formação de professores. Isso passa pela UAB, pela nova CAPES, pelo reforço às licenciaturas presenciais. Há um parque de cinquenta e seis IFES, formando pouquíssimos professores licenciados, parte dos quais fica na própria IFES, como professor de terceiro grau e outra parte é contratada pela escola particular. Há a necessidade de criar um mecanismo para reverter esse quadro, com a aliança de várias questões. A CAPES coloca no Conselho Técnico Científico (CTC) da educação básica grandes pensadores para o suporte nessas questões. A criação de um sistema de bolsas para os alunos de licenciatura, a fim de evitar a evasão. É necessário repensar o conteúdo dos cursos de licenciaturas para mudar o foco das áreas, no momento voltado para a pesquisa, é tarefa para a PROCÊNCIA da SESu. O incremento de recursos da assistência estudantil para também evitar a evasão. Para isso, no próximo ano, uma rubrica própria da assistência reforçada com recurso novo, a qual permitirá aos estudantes sua própria emenda”. A palavra é dada ao presidente Jorge Guimarães, da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que discorre sobre a necessidade de as universidades prepararem melhor seus próprios futuros alunos, por meio da melhoria no ensino dos alunos graduandos nos cursos de licenciatura, assim como inserir cursos de pós-graduação vocacionados das diferentes áreas para atuarem na qualificação da Educação Básica. Também será papel da nova CAPES, garantir a boa utilização dos resultados das Olimpíadas. O presidente passa a palavra ao ministro Fernando Haddad que menciona avanços importantes na educação básica tendo em vista algumas dimensões. O sistema de educação básica é descentralizado, os estados e municípios são gestores da educação infantil ao ensino médio: 1) a questão do financiamento sob a óptica das desigualdades regionais; 2) territorialidade, equalizar as oportunidades no país, possível com complementação a partir de R\$5 bilhões, que se dará no quarto ano do FUNDEB. Na reunião do ano de 2006, ainda sob a presidência do reitor Paulo Speller, foi discutida a relação do custo de alunos cada vez mais inflada por uma série de questões mal equacionadas. O REUNI nasceu dessa conversa. Uma das diretrizes do REUNI é enlace da graduação com a pós-graduação e a educação básica. A oportunidade é mais forte atualmente com o adicional de R\$2 bilhões no orçamento do sistema federal, principalmente no que concerne às licenciaturas. Destaque para os pontos: 1) a lei de incentivo fiscal à pesquisa científico-tecnológica para universidades públicas foi aprovada e sancionada pelo Presidente da República; 2) retomada do Projeto da Reforma Universitária; 3) a questão dos hospitais universitários (HUs), com referência à discussão no Ministério do Planejamento sobre uma lei complementar autorizando o executivo a criar as fundações públicas de direito privado. O posicionamento do MEC: retirar a educação das áreas onde serão criadas as fundações. A intenção do MEC é discutir o assunto para chegar a um denominador comum e ainda assim manter a autonomia universitária. O reitor Timothy Mulholland (UnB), presidente da Comissão de Recursos Humanos da Andifes (CPRH), apresenta relato preliminar sobre a proposta em pauta: 1) a revisão foi feita no modelo mais recente, datado de 2005; 2) dos quatro vetores, somente os vetores de graduação e o de pesquisa e pós-graduação estão em funcionamento; 3) os vetores de extensão e atividade administrativa não foram implementados por escassez estatística; 4) o foco da matriz de alocação de vagas docentes é diferente do foco da matriz de alocação de recursos; 5) o PingIFES é um salto em termos de banco de dados e traz muitos registros ainda não usados no modelo de alocação até o momento; 6) o vetor de graduação, contendo setenta por cento do valor final da matriz, tem três componentes: número de alunos equivalentes por área do conhecimento, número total de cursos por área de conhecimento e número de cursos de educação à distância; 7) o vetor de pós-graduação, com trinta por cento do valor final da matriz, com os componentes: número de cursos, número de teses ou conclusões, avaliação da CAPES e atividade de pesquisa fora da pós-graduação; 8) os dados do modelo de alocação são auditáveis; 9) a alteração para o modelo no ano 2006: o curso de graduação noturno ganhou um peso a mais de 5%; 10) a extensão, com a dificuldade histórica de indicadores que sejam ao mesmo tempo relevantes e verificáveis; 11) educação à distância apresenta maior facilidade para obtenção de dados, com tratamento análogo aos cursos tradicionais de graduação; 12) a extensão tem indicadores passíveis de verificação de publicações, já indexadas na área; editais públicos; quantidade de programas e projetos; docentes envolvidos com extensão; população atendida/participante e discentes e bolsistas envolvidos com extensão; 13) o peso dado ao aluno equivalente diz respeito à complexidade do curso; 14) 60% das instituições têm a média de 18 alunos equivalentes por professor efetivo; 15) a média de professor equivalente por aluno equivalente é de 11 por 1, sendo que nesse campo, tem em conta o professor substituto. 16) o modelo aplicado somente na nova leva de doutores gerou uma concentração de vagas indesejável; 17) encontrar soluções para distribuições das vagas de técnico-administrativos. O reitor da UFRN analisa o fato da SESu haver posto em pauta uma proposta com o número de cargos e as definições dos cargos preestabelecidos e responsabilizar a CPRH pelo preparar uma proposta de distribuição dessas vagas a fim de espelhar as necessidades de cada IFES. O reitor Rômulo Polari (UFPB) analisa: 1) a inclusão dos professores substitutos; 2) a importância do REUNI; 3) que o modelo é de grandezas relativas;

4) valores incongruentes no fator aluno equivalente; 5) as variantes que determinam os modelos têm peso excessivo em alguns fatores. O reitor Oswaldo Duarte (UFSCar) ressalta que o modelo tem o papel indutor e deve refletir o papel da instituição: a produção de conhecimento, as atividades de ensino e extensão. O diretor geral Flávio dos Santos (CEFET MG) destaca: 1) a reposição de docentes nos CEFETs; 2) a forma de financiamento dos CEFETs pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; 3) não ter recebido vagas destinadas a instituições. O reitor Naomar Almeida (UFBA) discorre sobre a distribuição de vagas docentes, e afirma a necessidade de aperfeiçoar o indicador aluno equivalente. O reitor da UnB esclarece: 1) a base de dados usada no modelo de alocação apresentado foi a Portaria do REUNI, a qual exclui os CEFETs; 2) a exigüidade do tempo para a preparação do modelo apresentado; 3) a simulação do modelo de dimensionamento. O reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN) passa a palavra a reitora Malvina Tuttman (UNIRIO), presidente da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico da Andifes (CDA) e para o secretário executivo Gustavo Balduino para tratarem do REUNI. Este apresenta as complexidades do tema expansão universitária e recupera os tópicos históricos da questão: 1) a expansão ocorre em três momentos: com o Protocolo de Expansão do Sistema Público Federal, expansão por meio de novos *campi* e novas IFES, crescimento vegetativo; 2) os motivos da expansão; 3) os compromissos dos documentos históricos da expansão. A presidente da CDA considera: 1) a contribuição do FORPROEX, FORPLAD, FORGRAD E FONAPRACE na confecção do documento propositivo sobre o Decreto n.º 6.095/2007; 2) o trabalho da Andifes e todas as diretrizes apontadas pelo Decreto; 3) o Governo apresenta e implementa ações para reestruturação das instituições; 4) as contribuições apresentadas pela Andifes; 5) o REUNI, de forma geral, atende os princípios considerados pela Andifes, porém apresenta questões sujeitas a esclarecimentos: contemplação dos aspectos qualitativos que diferenciam as IFES; as taxas estabelecidas de 90% para conclusão média dos cursos de graduação presenciais e de 18 para 1 na relação de alunos de graduação por professor; os parâmetros de cálculos dos indicadores da meta do Art. 1º, § 1º; 6) as causas preponderantes de evasão passíveis de ações das IFES e aquelas complementares propostas pelo Governo; 7) o papel atribuído à extensão universitária pelo MEC; 8) compromissos assumidos pelo MEC em aliança com MCT para tratar da questão do Art. 2º, item 6º do Decreto; 9) as condições e critérios para implementação das condições descritas no Art. 3º, § 2º do Decreto; 10) os critérios e os responsáveis pela aprovação pelo MEC das propostas encaminhadas pelas IFES. O reitor Henrique Duque (UFJF) questiona se na apresentação foi colocada alguma questão sobre o quantitativo de técnico-administrativo para expansão. O reitor Virmondes Rodrigues Júnior (UFTM) retoma a questão das diferenças entre IFES com referência ao limite geral de 20% agravando o aspecto de dimensionamento. O reitor Ricardo Miranda (UFRRJ) reforça a questão da reposição dentro do REUNI e ressalta o desafio de se colocar em debate a avaliação sobre a eficiência de gestão e comprometimento da qualidade da instituição. Gustavo Balduino enfatiza a atenção às questões não pertinentes ao REUNI, as instituições que resolverem não aderirem ao Decreto e a questão do cronograma do Decreto. O reitor Aloísio Teixeira (UFRJ) analisa as questões expostas face à situação da instituição que representa e enfatiza a necessidade de coesão para o alcance das metas. O presidente da Andifes esclarece que a Andifes já externou uma posição de apoio ao REUNI. As declarações completas desta reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu, Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes